

A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE

The (in) visibility of the sexuality of the person with deafness associated with intellectual disability: a case study at APAE

*Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo*¹

*Josiane Peres Gonçalves*²

Resumo: O estudo teve como objetivo analisar a sexualidade na percepção de uma estudante surda com Deficiência Intelectual (DI), de 36 anos de idade, do sexo feminino, matriculada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul (MS). Toda a formação na educação básica da participante foi realizada em classes regulares de escolas públicas do estado de MS. Trata-se de um estudo de caso, e para coleta de dados realizou-se uma entrevista semiestruturada com a participante, a qual abordou questões sobre sexualidade. A comunicação foi realizada por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A pesquisa foi realizada em tempos de pandemia do novo Coronavírus, por conta disso a entrevista foi realizada na residência da participante seguindo todas as orientações de medidas de segurança da Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo permite afirmar que a estudante possui um escasso conhecimento sobre sexualidade. Apontamos a necessidade dessas questões serem tratadas de forma mais significativa na APAE, consideramos indispensável o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas que alcancem as informações necessárias sobre sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade; Surdez; Deficiência intelectual; APAE.

Abstract: The study aimed to analyze sexuality in the perception of a 36-year-old deaf student with intellectual disability (ID), female, enrolled in the Association of Parents and Friends of Exceptional People (APAE) in a rural city Mato Grosso do Sul (MS). All training in basic education of the participant was carried out in regular classes of public schools in the state of MS. This is a case study, and for data collection, a semi-structured interview was conducted with the participant, which addressed questions about sexuality. Communication was carried out through the Brazilian Sign Language (LIBRAS). The research was carried out in times of pandemic of the new Coronavirus, because of this the interview was conducted at the participant's residence following all the guidelines for safety measures of the World Health Organization (WHO). The study allows us to affirm that the student has little knowledge about sexuality. We point out the need for these issues to be dealt with more significantly in APAE, we consider it essential to develop new pedagogical proposals that reach the necessary information about sexuality.

Keywords: Sexuality; Deafness; Intellectual disability; APAE.

1 Doutorada em educação (UFMS), Mestrado em Educação e graduação em Letras Libras pela UFGD. E-mail: <jake.librasufgd@gmail.com>.

2 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). E-mail: <josiane.peres@ufms.br>.

Introdução

Durante muitos anos a sexualidade foi vista como um processo natural na vida, inerente aos seres humanos, dada pela natureza e desconsiderada pela sua dimensão social, política e cultural. Contudo, atualmente a sexualidade humana não é apenas considerada um ato sexual e reprodutivo. Nada há de exclusivamente natural, a sexualidade envolve fantasias, linguagens, rituais, símbolos, representações e diversas possibilidades de expressar os desejos e prazeres, os corpos ganham sentido socialmente, compostos e definidos por relações sociais, moldados pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000). A sexualidade é, portanto, construída historicamente (FOCAULT, 1988).

Ao falar sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, alguns mitos são construídos e disseminados na sociedade, caracterizando-os como assexuados que não precisam receber orientação sobre sexualidade; que são pouco atraentes e incapazes de manter um vínculo amoroso e sexual; não necessitam de privacidade; são estéreis, geram filhos com deficiências e/ou não têm condição de cuidar da prole. E todos aqueles que fogem dos padrões de normalidade são impostas crenças, mitos e concepções ligadas à proibição do prazer sexual, desconsiderando a capacidade de amar e do desejo atribuído a todos os seres humanos (MAIA, 2006, 2011).

Existem várias questões que podem ser abordadas para analisar os aspectos referentes a sexualidade dentro de uma determinada cultura e, conseqüentemente sofrem mudanças de acordo com as diferenças no enredo os quais os sujeitos estão inseridos. À vista disso, essa explanação tem como finalidade fazer com que o leitor compreenda melhor a percepção de sexualidade sob a ótica de uma estudante surda com Deficiência Intelectual (DI).

Essa perspectiva despertou o interesse em adentrar nesse campo que ainda é pouco explorado e há muito a ser investigado e, busca analisar a (in)visibilidade da sexualidade diante da surdez e a DI. Nessa conjuntura, essa investigação é resultado de um estudo de caso, realizado com uma estudante surda com DI leve, matriculada na APAE de uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul.

No contexto nacional, a primeira APAE do Brasil foi fundada no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1954, por Beatrice Bemis, precedente dos Estados Unidos, que ao chegar no Brasil, não encontrou nenhuma entidade de acolhimento para um filho com a síndrome de *Down*. Com isso, surge um movimento pioneiro que tinha como objetivo prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com DI. A princípio a instituição criou duas salas com vinte crianças com deficiência, para desenvolver ações que os alunos trabalhavam com atividades criativas e profissionalizantes, assim aconteceu a primeira oficina pedagógica, ligada com a carpintaria (SANTOS, 2015).

O *locus* da pesquisa está situado em uma APAE localizada na cidade de Nova Andradina-MS, fundada em 31 de agosto de 1981, pela Professora Laurecy Correia Tomazinho, que posteriormente foi eleita presidente provisória. As atividades escolares iniciaram-se em 1982 com a criação do Centro de Educação Especial de Nova Andradina - CEDENA, com apenas 08 educandos, 01 professora e 01 Auxiliar de Serviços Diversos (ASD). Em 1991 houve alteração do nome CEDENA - Centro de Educação Especial de Nova Andradina para Escola de Educação Especial "Raio de Sol" (APAE, 2018).

Atualmente, as modalidades oferecidas pela escola estão divididas em 3 fases: A Fase I - Educação Infantil (de 0 a 5 anos), por meio de programas, Educação Precoce (de 0 a 3 anos) e Educação Pré-Escolar (de 4 a 5 anos); A Fase II - Ensino Fundamental, desenvolve currículo de alfabetização para crianças a

partir de 6 anos de idade no 1º e 2º anos; A Fase III – Educação de Jovens e Adultos - EJA, Programa Educação Especial para o Trabalho – formação inicial e continuada de trabalhadores (Nível Básico), a partir de 15 anos de idade, realiza programas pedagógicos alternativos de natureza acadêmica, artística, esportiva, social e de preparação, qualificação, colocação e acompanhamento no mundo do trabalho e programas pedagógicos específicos (APAE, 2018).

A instituição tem como objetivo ampliar a quantidade e a qualidade do atendimento prestado às Pessoas com Deficiência, preferencialmente Intelectual e Múltipla, Transtornos Globais do Desenvolvimento e as suas famílias, visando a independência, inclusão na sociedade e a construção do exercício pleno da cidadania dessas pessoas.

Considerando a deficiência da participante desse estudo, especialmente no campo do acesso a esse trabalho, destaca-se a DI, frisando que esta é uma condição heterogênea com múltiplas causas.

Nesse cenário, podem surgir dificuldades associadas ao juízo social; à avaliação de riscos; ao autocontrole do comportamento, emoções ou relações interpessoais. Além da falta de habilidades de comunicação que podem predispor comportamentos disruptivos ou agressivos (APA, 2014).

No tocante aos mitos relacionados a sexualidade e a deficiência, são difundidas ideias inverídicas, crenças e discursos que existem para reproduzir as relações de dominação de uns sobre os outros. Essas imagens preconceituosas são crenças baseadas em preceitos atribuídos a um grupo específico em determinada condição, neste caso, o modo estereotipado de compreender a sexualidade da pessoa com deficiência (MAIA; RIBEIRO, 2008).

Dessa forma, a sexualidade da pessoa com DI é negada e suas manifestações percebidas como comportamentos patológicos, reforçando as ideias equivocadas que levam ao estigma e a segregação (BARBOZA, 2013).

Todavia, esta investigação trata-se de um estudo de um caso de uma pessoa com DI e surda. É importante salientar que a surdez não possui relação direta ou de causa com a DI, visto que a surdez consiste apenas na perda maior ou menor da percepção normal dos sons (SEESP/MEC, 2006). Ou seja, essa limitação auditiva não interfere na cognição do indivíduo. No Brasil, esses sujeitos se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nos últimos anos a Libras foi oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, respeitada e aceita como a primeira língua dos sujeitos surdos por meio da lei nº 10.436/2002 e após o decreto 5.626/05. A “Língua Brasileira de sinais, a língua que é o meio e o fim da interação social, cultural e científica da comunidade surda brasileira” (QUADROS, p. 15, 2006). No capítulo VI, do decreto Lei nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), garante que o surdo seja incluído nas escolas de ensino comum, em instituições públicas de ensino, com a presença de Tradutores e Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (TILS) em sala de aula, garantindo o ensino bilíngue.

Dessa forma, atualmente os surdos não frequentam mais instituições como APAE e outras do mesmo segmento. Para isso, o Ministério da Educação criou as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), onde é oferecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com todos os tipos de comprometimentos. Com atendimento no contra turno das atividades escolares para sanar as dificuldades da sala de aula regular (SANTOS, 2017, grifo nosso).

Por não partilharem do mesmo acesso às informações que os ouvintes, os surdos têm demonstrado falta de conhecimento sobre sexualidade. Percebe-se, dessa forma, que uma das dificuldades das pessoas surdas em obter qualquer tipo de informação advém da carência da Libras em meio aos seus familiares e no contexto escolar (DREYER; MATEUS; GONÇALVES, 2018).

Com o intuito de contribuir para que as pessoas surdas tenham acesso a informações relacionadas à sexualidade, o Núcleo de Orientação à Saúde Sexual do Surdo (NOSS), no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), elaborou em 2003 uma série intitulada “Sinalizando a Sexualidade”, com filmes didático-informativos a respeito de saúde sexual e reprodutiva em formato bilíngue – Libras/ Língua Portuguesa, voltado para a comunidade surda. Logo, em 2008 o mesmo núcleo elaborou o material didático “Sinalizando a Prevenção das DST/AIDS”, com enfoque na cognição visual através de imagens, desenhos caricatos e uma aproximação linguística direcionada a atender às necessidades do Surdo (CARVALHO; GOMES; BRAZ, 2020).

A utilização desses materiais adaptados é aliada ao processo de inclusão dos alunos surdos, destacam-se como instrumentos facilitadores da aprendizagem e, ainda contribuem na interação entre alunos surdos, ouvintes e professores (MENDES, 2018).

Campos (2015) notou em um estudo realizado com os surdos que, nenhum jovem surdo tem o conhecimento do termo “sexualidade”, contudo, conhecem algumas temáticas relacionadas, como concepção, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), homossexualidade, homofobia, preconceito, relacionamento, namoro, sexo, de maneira superficial e impregnada de valores morais equivocados, assim como valores religiosos rígidos e preconceituosos. A autora constatou ainda que os assuntos relacionados a sexualidade chegam até eles de forma generalizada, especialmente do senso comum, tanto na família, como na escola.

A causa dessas informações chegarem de forma generalizada, sem contextualização para as pessoas surdas, são reflexos de visões superficiais e preconceituosas sobre essa temática (SOUZA; FERNANDES; BARROSO, 2006).

Nesse contexto, a formação do professor da educação especial é um fator importante para o desenvolvimento do aluno surdo, nesse caso, com DI, considerando que os mesmos têm dupla dificuldade, a cognitiva e a barreira da comunicação. Em um estudo desenvolvido por Guidarini (2012), em cinco APAES da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Associação de doze municípios do estado de Santa Catarina), que contou com a participação de cinco professores da educação especial, verificou-se que uma professora recebeu orientações para trabalhar com aluno surdo com DI apenas quando iniciou seu trabalho na APAE e quatro professores ficaram isentos de qualquer informação básica, ou apenas com o que haviam aprendido na graduação, questões que causam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento desses estudantes.

Diante deste contexto, essa pesquisa teve como objetivo analisar as percepções sobre sexualidade de uma aluna surda com DI estudante de uma APAE. Acredita-se que, mediante os resultados, existe a possibilidade e necessidade de contribuir para a formação de novos saberes acerca da sexualidade dessa população.

Procedimentos metodológicos

O estudo tem caráter qualitativo de cunho exploratório (MINAYO, 2013). A pesquisa qualitativa

é um meio de explorar e entender os significados que os indivíduos atribuem para um problema humano ou social, fornecendo análises mais detalhadas sobre a investigação (MARCONI; LAKATOS, 2009; CRESWELL, 2010).

Os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 2004).

Optou-se pelo estudo de caso como procedimento metodológico. Este método analisa de forma detalhada um caso individual e supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa (GOLDENBERG, 2004).

Dessa forma, foi convidada, para participar desse estudo de caso, uma estudante surda com DI de 36 anos, matriculada na APAE de Nova Andradina-MS. A mesma faz parte do Movimento Apaeano desde os 4 anos de idade. No polo de Nova Andradina, realizou a sua primeira matrícula no ano de 1990, qual está frequentando até os dias atuais. Atualmente cursa a modalidade de ensino na Fase II, participando de programas que envolvem atividades pedagógicas, artísticas, esportivas, sociais e de preparação, qualificação para o mundo do trabalho.

Respeitando os princípios éticos, solicitamos inicialmente a autorização institucional para a diretoria da APAE, a qual foi concedida. Logo, fizemos o convite para a aluna, a mesma se propôs a participar da pesquisa e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o mesmo documento foi assinado pela sua mãe, que autorizou a participação da filha, contudo, solicitou que pudesse estar presente no momento da entrevista.

Foram garantidos a confidencialidade dos dados, o sigilo das informações e esclarecido que a estudante poderia deixar de participar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar se justificar.

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que permite ao informante a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, possibilitando respostas livres e espontâneas por parte do informante (TRIVINÓS, 1987), privilegiando à obtenção de informações por meio da fala individual (MINAYO, 2013). A entrevista foi gravada em áudio e vídeo, a comunicação foi realizada por meio da Libras e ocorreu na residência da participante, seguindo todas as orientações de medidas de segurança da OMS, visto que a coleta foi em um momento singular em tempos de pandemia do novo Coronavírus.

A entrevista foi transcrita e posteriormente realizada a análise e discussão dos resultados. Uma transcrição de entrevista não é apenas um ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do entrevistado, pois, de algum modo, o pesquisador tem que apresentar os gestos, os risos, os silêncios, do participante durante a entrevista. Esses sentimentos que não passam pela gravação são muito importantes na hora da análise, visto que eles mostram muitos entendimentos do informante (BOURDIEU, 1999).

Os resultados foram explorados com base na análise de conteúdo, que para Bardin (2011) é entendido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas

mensagens. A autora indica que o emprego da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, e a inferência e a interpretação.

Dessa forma, na primeira fase, foi estabelecido um esquema de organização com uma leitura flutuante do conteúdo a ser analisado e a preparação do material, compondo o *corpus* da pesquisa. Na segunda fase codificaram-se os dados, definindo as categorias e identificando as unidades de registro, objetivando fazer a categorização, nessa fase o texto da entrevista foi recortado em unidades de registro. Na terceira e última fase realizou-se os tratamentos, inferência e interpretação dos resultados.

Respeitando os princípios éticos da pesquisa, optou-se por manter o anonimato da participante, dessa forma, nesse estudo a estudante será identificada com o nome fictício de “Mel”.

Resultados e discussões

No momento de formalização dos princípios éticos e legais da pesquisa a mãe da Mel pediu permissão para participar da entrevista. Após autorizarmos a participação da mãe, iniciamos uma conversa informal e a aluna disse que gosta de fazer tapetes de barbante e não gosta de cozinhar, mas faz outras atividades domésticas. A mãe também disse que a Mel frequenta a APAE desde os quatro anos de idade e “ama” o movimento Apaeano, além de participar das aulas de natação, dança e banda da APAE. Após esse primeiro momento, iniciamos o roteiro da entrevista.

O que se observou no início da entrevista é que a jovem possuía um conhecimento limitado sobre sexualidade, no momento que foi questionada sobre o que ela entendia acerca da sexualidade e do sexo, a resposta foi “não sei nada” e “não sei responder”, respectivamente. A Mel não reconhece a sexualidade e nem tão pouco associa com sexo, doença, gravidez, etc. Em uma pesquisa desenvolvida por Dreyer, Mateus e Gonçalves (2018, p. 266), realizada com três jovens surdos, que ao serem questionados sobre o que entendem por sexualidade, responderam: “Explicaram para mim: primeiro toma remédio, espera, depois começa sexo, camisinha, cuidado sexo, camisinha estourar, cuidado doença”. “Pessoa fazer sexo com várias pessoas diferentes não pode, doença ruim, não pode. Pode só respeitar uma pessoa e só”; ou “Cuidar doenças, porque tenho medo”; e ainda “Ter cuidado”.

Quando provocada para falar sobre os métodos para prevenção de IST, a Mel apenas disse: “não tenho nenhuma doença”. Paula *et al.* (2010) destacam que essa população é mais vulnerável as IST's e embora tenha aumentado o índice de contaminação entre as pessoas com DI, ainda são poucas as preocupações preventivas nesse aspecto, talvez pela crença de sua assexualidade.

Carvalho *et al.* (2020) desenvolveram um *blog* educativo com o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem sobre as IST's dos alunos surdos, pois muitos alunos não têm acesso as campanhas educativas e assim selecionaram vários materiais e oficinas em Libras que abordam a temática.

Com relação aos meios de acesso a informação, Mel diz que não se lembra de quem oportunizou as primeiras orientações relacionadas a sexualidade, mas afirma que fala com a mãe de uma amiga sobre isso.

Pode-se perceber que os pais não foram os responsáveis por oferecer informações básicas para a Mel, como podemos notar na fala dela: “eu e minha mãe somos bem afastadas, não falamos sobre isso”, quando questionada se ela conversa com seus pais sobre assuntos relacionados à sexualidade, como, por exemplo, namoro, carinho, amor, sexo, gravidez.

Acerca da sexualidade desses sujeitos, tanto a família como a escola podem apresentar dificuldades com a problematização dessas questões, já que inúmeras vezes é vista como inexistente, ou até mesmo exacerbada. Por conseguinte, os pais e educadores padecem com a inabilidade em conversar sobre o assunto com o/a filho/a com DI (ORLANDI; GARCIA, 2017).

Quando questionada sobre quais os métodos anticoncepcionais que conhece, respondeu: “Bebê, gravidez, e a minha mãe teve três bebês”. No momento em que estava construindo sua resposta a mãe interrompe e fala: “Ela é virgem”.

Com isso, pode-se perceber a preocupação da mãe diante de uma conversa sobre sexualidade com a filha, sem ao menos deixá-la completar a sua fala. Para Gonçalves e Barbosa (2020), na concepção dos pais, a grande maioria vê seus filhos como eternas crianças, ao menos no domínio da fantasia, sem modelos de crítica e dos valores que caracterizam como adulto.

Nesse sentido, Bastos e Deslandes (2012) desenvolveram um estudo com os pais de pessoas com deficiência e descrevem que há falta de orientação para os pais, que ainda trazem em suas narrativas muito preconceito e temor de que seus filhos e filhas sejam vítimas de abuso sexual.

Logo, a negação da sexualidade da pessoa com DI por parte dos pais é compreendida como uma forma de autoproteção, de danos emocionais que uma sociedade injusta possa causar dos perigos do mundo (ALBUQUERQUE, 2011).

Vieira e Coelho (2014) analisaram as narrativas de jovens com DI sobre sexualidade e relataram receber pouca informação por parte não só da família, mas também da escola. O mesmo foi evidenciado com a Mel, considerando que ela disse que os professores trabalham questões sobre sexualidade, mas não soube dizer como (não atribuiu significado) e muito menos sobre a relação da importância de os professores falarem sobre sexualidade na APAE: “não acho importante, nunca”, disse Mel.

Destaca-se que a instituição *locus* dessa pesquisa, não conta com a presença de um/a TILS, o que contribui para a falta de conhecimento sobre diversos conhecimentos em geral, pois os sujeitos surdos são pertencentes a uma minoria linguística, tendo como meio de comunicação a Libras, e as dificuldades encontradas pelas pessoas surdas em obter informações são reflexo da carência da Libras.

Sob a ótica do papel da escola diante da sexualidade da pessoa com deficiência, um estudo realizado por Maia *et al.* (2015) buscou analisar as percepções dos professores sobre a sexualidade de seus alunos com DI, e quando os participantes foram questionados sobre como eles percebiam a manifestação da sexualidade de seus alunos com DI no contexto escolar, um total de 451 professores, 425 (94,2%) afirmaram perceber; 19 (4,2%) afirmaram não perceber e 7 (1,6%) não responderam ou emitiram respostas confusas e sem relação com a questão.

Quando indagados sobre quais as formas que os alunos expressavam sua sexualidade, 16 participantes responderam que não identificavam esses comportamentos (3,5%) e 36 afirmaram que, embora percebessem a sexualidade, não identificavam quais as formas (7,9%), e (88,6%) dos professores responderam que identificavam diversos comportamentos sexuais entre seus alunos com DI, como preocupação com a aparência, atitudes que expressam o desejo pelo namoro, comentários e perguntas relacionados à sexualidade, exibição dos órgãos sexuais e envolvimento em brincadeiras/jogos sexuais e episódios de masturbação e comportamentos sexuais inespecíficos, avaliados pelos professores como aflorados, exagerados e inadequados (MAIA *et al.*, 2015).

No tocante as manifestações da sexualidade das pessoas com DI, Maia (2016), por meio de uma entrevista com 12 jovens com DI, constatou que todos possuíam desejos afetivos-sexuais, mas somente parte deles viviam em algum relacionamento, enquanto que a maioria estava sob a supervisão de adultos de maneira infantilizada, não envolvendo relações sexuais, podendo apenas sair juntos e frequentar a casa um do outro.

Os discursos e as práticas estereotipadas sobre a sexualidade das pessoas com deficiência impedem que vivenciem seus desejos e sejam protagonistas de suas próprias escolhas (DANTAS *et al.* 2014).

A partir do tema sexualidade, qual o assunto que você considera importante para ser abordado na APAE? Esse foi o último questionamento feito para a Mel, nesse momento a mesma olha para a sua mãe e sinaliza com a cabeça um sinal de negação e não responde nada.

Considerando a análise do processo de ensino e aprendizagem da entrevistada a partir de suas percepções, é possível dizer que a Mel ainda não foi preparada para lidar com o tema sexualidade no âmbito da sociedade em geral.

Considerações finais

Por meio dos dados obtidos nessa investigação, pode-se perceber que embora a sexualidade seja um tema muito discutido na atualidade, quando se trata da pessoa surda com DI, as manifestações sociais estão impregnadas de mitos e preconceitos, muitas vezes esses sujeitos são considerados assexuados e privados de manifestarem seus impulsos sexuais.

Os resultados mostraram ainda que o conhecimento de Mel relativo à sexualidade é escasso, e a ausência da Libras no cotidiano das pessoas surdas contribui para a carência de conhecimento sobre sexualidade, considerando que esses sujeitos se comunicam e recebem todas as informações por meio dessa língua.

Dessa maneira, enfatizamos com os resultados dessa pesquisa, as dificuldades no acesso a informações relativas à sexualidade enfrentadas pelas pessoas surdas com DI, muitas vezes relacionada à barreira linguística, ressaltamos ainda a importância da participação da família e da escola em transmitir conhecimentos e desmistificar a sexualidade da população surda.

Estudos sobre a sexualidade das pessoas surdas associadas a DI é um tema relevante para a sociedade, porém ainda explorados de maneira insuficiente, assim, para finalizar, gostaríamos de expressar a importância e intenção de realizar novas pesquisas nesse seguimento, especialmente no tocante a sistematização do trabalho pedagógico para inovação do processo de ensino e aprendizagem sobre sexualidade para pessoas surdas associadas a DI, como modo de colaborar com a área acadêmica e para a difusão de conhecimento sobre a sexualidade para essa população.

Referências

ALBULQUERQUE, P. P. Sexualidade e deficiência intelectual: um curso de capacitação para pais. **Psicologia e Argumento**. Curitiba, v. 29, n. 64, jan./mar. 2011.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA); Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5; [tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento] 5ª ed.– Porto Alegre, Artmed, 2014.

APAE. **Projeto Pedagógico**: Escola de Educação Especial “Raio de Sol” - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Nova Andradina-MS. 2018.

BARBOZA, R. Sexualidade e Reprodução como Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e suas interfaces com as Políticas Públicas Nacionais de Educação e Saúde: lacunas e possibilidades. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 17, n. 2, p. 467- 477, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. **Sexualidade e deficiência intelectual**: narrativas de pais de adolescentes. Physis. 2012.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 04.out 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 04.out 2020.

CAMPOS, Maria Fernanda de Arruda. **Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de libras em uma escola polo**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista. 2015.

CARVALHO, J. N.; GOMES, S. A. O.; BRAZ, R. M. M. Construindo um blog educativo sobre a sexualidade para alunos com deficiência auditiva. **Revista Práxis**, v. 12, n. 23, junho, 2020.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira Educação Especial**. v.20, n.4, 2014.

DREYER, L. R. O.; MATEUS, M. A. R.; GONÇALVES, J. P. Pessoas com surdez e suas relações com a Sexualidade: silenciamentos e descobertas. **Revista Textura (ULBRA)**, Revista de Educação e Letras. v. 20 n. 44, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIAMI, A. **O anjo e a fera: sexualidade, deficiência mental, instituição** (Macedo, L., trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

GONÇALVES, J. P.; BARBOSA, M. M. F. Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Exitus**, Santarém/PA. Vol. 10. 2020.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. Ed. Rio de Janeiro – São Paulo, 2004.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOURO, G. L. **Pedagogias das Sexualidades**. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, A. C. B. Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 1, p. 77-88, 2016.

MAIA, A. C. B, *et al.* Opinião de professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual. **Estudos de Psicologia**. Campinas v. 32, 427-435, 2015.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, M. R. P. Desfazendo Mitos para Minimizar o Preconceito sobre a Sexualidade de Pessoas com Deficiências. **Rev.Bras.Ed. Esp.** Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010.

MAIA, A. C. B. **Inclusão e sexualidade**: Na voz de pessoas com deficiência física. Curitiba: Juruá, 2011.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MENDES, R. M. O. **O uso de material didático em libras como ferramenta inclusiva para alunos surdos**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. Ponta Grossa. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13ª ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2013.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTOS, M. R. **Educação de surdos**: o discurso da inclusão educacional produzido por surdos e ouvintes. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Amazonas. 2017.

SANTOS, M. S. A. **O ensino da arte nas Apaes**: a metodologia ativa como uma possibilidade. Trabalho de Conclusão de Curso. UNESC. 2015.

SEEP/MEC. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SOUSA, L. B.; FERNANDES, J. F. P., & BARROS, M. G. T. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 408-413. 2006.

TRIVINÓS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, C. M.; COELHO, M. A. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Ed. 7. 2014.

Submetido em: 10.11.2020

Aceito em: 15.12.2022